

**MESTRADO**  
**ECONOMIA E POLÍTICAS PÚBLICAS**

**TRABALHO FINAL DE MESTRADO**  
**RELATÓRIO DE ESTÁGIO**

**AS IPSS E A SUA RELAÇÃO COM AS POLÍTICAS PÚBLICAS  
NA PROVISÃO DE BEM-ESTAR SOCIAL: O CASO DO  
CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE NOSSA SENHORA DA  
LUZ – LAR DA SAGRADA FAMÍLIA**

ANALISA VALENTE PARRINHA

OUTUBRO – 2018

# **MESTRADO EM ECONOMIA E POLÍTICAS PÚBLICAS**

## **TRABALHO FINAL DE MESTRADO** RELATÓRIO DE ESTÁGIO

**AS IPSS E A SUA RELAÇÃO COM AS POLÍTICAS PÚBLICAS  
NA PROVISÃO DE BEM-ESTAR SOCIAL: O CASO DO  
CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE NOSSA SENHORA DA  
LUZ – LAR DA SAGRADA FAMÍLIA**

ANALISA VALENTE PARRINHA

### **ORIENTAÇÃO:**

PROFESSOR DOUTOR JOSÉ MANUEL ZORRO MENDES

DOUTORA MARIA DE FÁTIMA DE JESUS MARQUES

**OUTUBRO – 2018**

## Agradecimentos

Para a realização deste Relatório de Estágio, contei com o apoio de diversas pessoas, às quais deixo o meu profundo agradecimento.

Agradeço ao meu Orientador, Professor Doutor José Manuel Zorro Mendes, por toda a ajuda que me deu, desde o início ao fim de todo o processo em torno da elaboração do TFM. Muito obrigada pela total disponibilidade, pelo apoio e pelo interesse, que sempre demonstrou para comigo. Agradeço à minha Co-orientadora na Instituição, a Doutora Maria de Fátima de Jesus Marques, por toda a ajuda, pelo acompanhamento e disponibilidade que sempre demonstrou para comigo.

Agradeço ao Presidente do CSPNSL, o Diácono Irmão Domingos Bragadesto, por ter aceitado a realização do meu estágio curricular na Instituição e, agradeço também, por toda a disponibilidade e por toda a ajuda que me deu ao longo do estágio. Agradeço também a todos os colaboradores da Instituição, pelo auxílio prestado e pela simpatia e carinho com que sempre me trataram. Obrigada aos utentes pela forma carinhosa com que me acolheram. Obrigada Irmão Ricardo por toda a ajuda que me deu e por ter tornado os meus dias cheios de alegria. Obrigada Hélia Rocha e Paula Salvador por toda a atenção, pela ajuda, pelo apoio, que sempre me deram e por toda a simpatia e carinho com que sempre me trataram. Obrigada a todos por todos os momentos vividos no Lar da Sagrada Família.

Agradeço à minha família por estarem sempre presentes em todos os momentos da minha vida e por me terem apoiado e ajudado a chegar até aqui. Agradeço ao meu Padrinho José Domingos por toda a força que me deu, pelo carinho e por tudo o que tem feito por mim. Obrigada Padrinho por fazer parte da minha vida e por partilhar comigo todos os momentos importantes na minha caminhada.

Agradeço também a todos os amigos por todo o apoio e motivação que me têm dado ao longo da minha vida. Obrigada por sempre acreditarem em mim.

Obrigada JESUS...

Agradeço de coração a todos e guardo cada um no coração.

## Resumo

As Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) exercem um papel fundamental no crescimento económico de um país, na medida em que, devido à nossa sociedade ser cada vez mais envelhecida, estas instituições ajudam a resolver problemas sociais, possibilitando também a criação de postos de trabalho.

Estas instituições desempenham também um papel bastante relevante em termos do bem-estar social, ao proporcionarem aos mais carenciados uma melhor qualidade de vida, pois o bem-estar não abrange apenas os bens materiais, mas também os imateriais.

Sendo que o Estado apresenta algumas dificuldades em chegar a toda a população, estas instituições contribuem para diminuir essa distância entre o Estado e os cidadãos, ajudando-o a chegar a um maior número de indivíduos.

As políticas públicas, ao agirem de forma direta ou indireta, são um conjunto de ações do Estado que intervêm na realidade social, através da implementação de programas e projetos, atendendo assim a toda a população.

As políticas públicas sociais, ao garantirem aos indivíduos o direito de cidadania, educação, saúde, trabalho, assistência social, previdência social, justiça, saneamento, habitação e meio ambiente, tornam necessário que o Governo, com o intuito de desenvolver e realizar projetos sociais necessários à população, realize parcerias com as organizações não-governamentais e com a iniciativa privada, havendo, deste modo, uma repartição da sua função com outros setores económicos. Assim o terceiro setor dá suporte às políticas públicas sociais, indo ao encontro de todas as necessidades da população.

**Palavras-chave:** Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), Instituições Sem Fins Lucrativos ao Serviço das Famílias (ISFLSF), Terceiro Setor, Organizações do Terceiro Setor (OTS), Economia Social, Políticas Públicas, Políticas Sociais, Desigualdades, Pobreza, Estado, Governo, Segurança Social, Ação Social, Estado-Providência, Proteção Social, Provisão Pública de Bem-Estar.

## Abstract

Particular Institutions of Social Solidarity (IPSS) play a fundamental role in the economic growth of a country, since, as our society grows older, these institutions help solve social problems and also create jobs.

These institutions also play a very important role in terms of social welfare by providing the poorest with a better quality of life, since wellbeing does not only cover material but also intangible goods.

Since the state presents some difficulties in reaching the entire population, these institutions contribute to reduce this distance between the State and the citizens, helping it to reach a greater number of individuals.

Public policies when acting directly or indirectly, as they are a set of actions of the State, which intervene in social reality through the implementation of programs and projects serving the entire population.

Social public policies guaranteeing individuals the right to citizenship, education, health, labor, social assistance, social security, justice, sanitation, housing and the environment, make it necessary for the Government to develop and carry out necessary social projects and non-governmental organizations, as well as with private initiative, thus providing a division of its function with other economic sectors, and so the third sector supports social public policies, meeting all the needs of the population.

**Key-words:** Private Institutions of Social Solidarity (IPSS), Non-Profit Institutions Serving Families (ISFLSF), Third Sector, Organizations of the Third Sector (OTS), Social Economy, Public Policies, Social Policies, Inequalities, Poverty, State , Government, Social Security, Social Action, Welfare State, Social Protection, Public welfare.

# Índice

Capítulo 1 – Introdução.....	8
Capítulo 2 – Revisão da Literatura .....	10
2.1 O Terceiro Setor .....	10
2.2 As Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) .....	12
2.3 O Estado, as Políticas Públicas e as IPSS.....	16
2.4 O envelhecimento populacional e as políticas públicas.....	18
Capítulo 3 – Contextualização do Centro Social e Paroquial de Nossa Senhora da Luz .....	20
3.1 Lar da Sagrada Família.....	21
3.2 Missão, Objetivos, Visão, Valores e Lema.....	21
3.3 Organograma da Instituição.....	23
3.4 Corpos Sociais.....	24
Capítulo 4 – Descrição das Atividades de Estágio .....	24
Capítulo 5 – Discussão e Análise Crítica .....	37
Capítulo 6 – Conclusões e Limitações .....	41
7 – Referências Bibliográficas.....	43
7.1 – Websites .....	45
8 – Anexos .....	47

## Índice de Figuras

Figura 1 - Valores da Instituição.....	22
Figura 2 - Organograma do Centro Social e Paroquial de Nossa Senhora da Luz.....	23
Figura 3 - Composição dos Órgãos Sociais do Centro Social e Paroquial de Nossa Senhora da Luz.....	24

## Lista de Abreviaturas

**CSPNSL** – Centro Social e Paroquial de Nossa Senhora da Luz

**FENACERCI** – Federação das Cooperativas de Solidariedade Social

**IPSS** – Instituição Particular de Solidariedade Social

**ISFLSF** – Instituições Sem Fins Lucrativos ao Serviço das Famílias

**OTS** – Organizações do Terceiro Setor

**UIPSS** – União das Instituições Particulares de Solidariedade Social

**UMP** – União das Mutualidades Portuguesas

## Capítulo 1 – Introdução

Este estudo foi realizado no âmbito do Trabalho Final de Mestrado em Economia e Políticas Públicas no Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG) da Universidade de Lisboa, tendo sido realizado um estágio curricular, iniciado em 01 de Fevereiro de 2018 e com término a 11 de Maio de 2018, no Centro Social e Paroquial de Nossa Senhora da Luz – Lar da Sagrada Família, do qual resultou este Relatório de Estágio.

O meu Relatório de Estágio tem, como tema: As IPSS e a sua relação com as políticas públicas na provisão de bem-estar social: o caso do Centro Social e Paroquial de Nossa Senhora da Luz - Lar da Sagrada Família e, para uma melhor compreensão desta temática, estudei em particular o Lar da Sagrada Família, que integra o Centro Social e Paroquial de Nossa Senhora da Luz. Neste estudo, do qual resultou o presente Relatório de Estágio, estabeleci um conjunto de objetivos que me permitiram compreender este tema.

Inicialmente comecei por fazer um enquadramento da Instituição e ver qual o seu relacionamento com o Estado. Assim, caracterizei a Instituição como Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS); analisei o apoio da Segurança Social à Instituição; examinei os gastos, as ajudas e os apoios recebidos; tentei perceber qual o papel das políticas públicas nas IPSS, neste caso em particular da Instituição em estudo.

De seguida, tentei perceber como é que a Instituição atua, estudando as suas formas de atuação em termos locais.

Posteriormente, estudei o impacto da Instituição no meio local, em que tentei perceber qual a sua importância social e económica na comunidade em que está inserida; qual a capacidade de resposta da Instituição às situações de maior vulnerabilidade; de que forma dinamiza a economia local; de que forma a Instituição ajuda no combate à pobreza.



Por fim, tentei perceber qual será o futuro da Instituição, através da análise dos problemas que a mesma enfrenta.

A escolha deste tema surgiu devido ao meu interesse nas questões relacionadas com o terceiro setor, nomeadamente com as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) em zonas de pouco desenvolvimento económico, em questões relacionadas com o envelhecimento populacional, o bem-estar social e as políticas públicas.

Para uma melhor compreensão destes assuntos e do tema de investigação escolhido para o Trabalho Final de Mestrado, identifiquei um conjunto de termos de pesquisa relevantes para o tratamento do tema em estudo: Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), Instituições Sem Fins Lucrativos ao Serviço das Famílias (ISFLSF), Terceiro Setor, Organizações do Terceiro Setor (OTS), Economia Social, Políticas Públicas, Políticas Sociais, Desigualdades, Pobreza, Estado, Governo, Segurança Social, Ação Social, Estado-Providência, Proteção Social, Provisão Pública de Bem-Estar.

As Instituições Particulares de Solidariedade Social, apesar de serem instituições sem fins lucrativos, possuem um papel bastante relevante no crescimento económico de um país, pois ajudam a resolver problemas sociais que se colocam numa sociedade cada vez mais envelhecida e possibilitam a criação de novos postos de trabalho, entre outros fatores.

Existe cada vez mais uma maior necessidade em apoiar a população em termos de alimentação, saúde, alojamento, bem como no combate à exclusão social. As IPSS possuem também grande importância em termos do bem-estar, pois o bem-estar social não está apenas nos bens materiais, está também nos bens imateriais proporcionando felicidade, harmonia e qualidade de vida aos mais carenciados, na medida em que são os que mais sofrem com a ausência de afetos.

Relativamente à importância exercida pelas IPSS na economia, estas instituições ajudam o Estado a chegar a um maior número de indivíduos, contribuindo para superar alguma distância entre o Estado e os cidadãos, decorrente do elevado

número de pessoas carenciadas e das dificuldades de o Estado conseguir chegar a todos. Daqui advém a importância que as IPSS assumem, em termos económicos e sociais. O setor social possui uma grande capacidade de crescimento e de desenvolvimento, sendo responsável por cerca de 5,5% do PIB. As IPSS ajudam também a população local através da criação de emprego, continuando a contribuir para o crescimento económico do país (Soares, 2012).

As IPSS “têm o papel mais importante no sistema nacional de solidariedade social” e são “mais importantes que o Estado, as Regiões autónomas, as autarquias locais” nos sistemas de proteção social, afirmou o Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, na receção aos responsáveis pelas IPSS, a 03 de Março de 2017, em Lisboa.

## **Capítulo 2 – Revisão da Literatura**

### **2.1 O Terceiro Setor**

O conceito de Terceiro Setor é uma conceção que resume um conjunto diversificado de organizações formais que não são, nem agências governamentais nem empresas com fins lucrativos, portanto, sendo definido em termos relacionais pela posição que ocupa relativamente aos outros dois setores. O terceiro setor é distinto do Estado e do mercado porque não fornece serviços públicos ou obrigatórios, nem fornece serviços com fim de lucro, respetivamente. Ao mesmo tempo, distingue-se também do setor informal da economia, pois encontra-se formalizado em organizações (Pestoff, 1998).

Existem cerca de quarenta e sete termos usados para designar estas organizações, dos quais os mais utilizados são: setor voluntário, terceiro setor, setor não-lucrativo, setor intermédio, economia social, setor não-governamental, sociedade civil.

O terceiro setor (third sector), apresenta uma noção aproximada da de setor não-governamental, sendo que tende a distinguir-se entre o setor mercantil ou lucrativo e o setor público ou governamental. Esta conceção foi usada inicialmente nos Estados Unidos da América nos anos 70, traduzindo a tentativa de afirmação das suas

próprias organizações. Ao contrário da terminologia mais usada nos Estados Unidos, este conceito engloba as cooperativas e mutualidades, sendo que, ao ser utilizado o conceito de Terceiro Setor, há quem aponte para a existência de um quarto ou até mesmo de um quinto setor, designando-os, respetivamente, de setor da família e setor da economia informal (Smith, 1991).

A escolha do termo Terceiro Setor também é metodológica, na medida em que adota um dos primeiros termos usados no contexto da discussão sobre a crise do Estado-Providência e do papel deste setor nessa crise. Douglas, foi um dos primeiros autores a usar o conceito e define-o de forma muito cuidada, chamando a atenção para dois aspetos, o primeiro é que não está a usar o conceito de Terceiro Setor em termos residuais, ou seja, o terceiro setor detém identidade própria, e o segundo é que não se deve olhar para o terceiro setor como um espaço fechado e parado, mas sim considerar que as fronteiras são constantemente ultrapassadas. Ao referir que existem três setores, Douglas menciona que apenas está a considerar aqueles setores que têm existência ou identidade coletiva. Deste modo, não existe o perigo de incluir a família numa definição residual de Terceiro Setor. Enquanto que, no caso do Estado, a ideia fundamental é a relação de autoridade imposta por lei, no caso do terceiro setor a ideia base é a de liberdade, na medida em que é constituído por uma identificação coletiva voluntária. Desta forma, o terceiro setor e o Estado partilham entre si uma racionalidade coletiva mas, o terceiro setor, ao contrário do Estado, não invoca a autoridade da lei na prossecução de bens coletivos. Quer o Estado, quer o terceiro setor distinguem-se do mercado, pois no mercado predomina uma racionalidade individual e a base de identificação é a relação de troca na forma de transações *quid pro quo* (Douglas, 1983).

Douglas, apesar de reconhecer uma identidade específica do setor, não o considera isolado, chamando a atenção para o constante atravessar de fronteiras entre os três setores económicos :

“Os governos têm uma palavra em quase toda a iniciativa e dinheiro em numerosas empresas privadas. Os governos usam frequentemente as instituições do terceiro setor como agentes para desempenharem tarefas que

são suas, ou como canais para os seus fundos. As organizações do terceiro setor são, em alguns casos, quase totalmente dependentes dos fundos do governo; outras têm os seus próprios fundos para iniciar novas tarefas com vista a encorajar o governo a assumi-las. Muitas empresas comerciais e lucrativas criaram fundações com fins de caridade e outras desempenham elas próprias tarefas filantrópicas” (Douglas, 1983: 14).

Importa também referir que o proliferar da literatura sobre o terceiro setor e as organizações que dele fazem parte, assim como a sua conceptualização enquanto setor, surgiram num momento específico da história, coincidindo com a chamada ‘crise’ do Estado-Providência. Em 1989, Ralph Kramer referiu que uma das razões para o surgimento do setor era ideológica, fosse o setor visto como travão à expansão do Estado-Providência ou visto como uma alternativa ou meio de expandir o bem-estar através da maior participação dos cidadãos (Kramer, 1990). No entanto, havia outros motivos para o surgimento do terceiro setor, que tinham a ver com a maior utilização das organizações não-governamentais para a implementação de políticas públicas.

Outro dos autores que escreve sobre o terceiro setor, Hall, também refere que os estudos acerca das organizações não-lucrativas surgiram nos Estados Unidos, num momento em que os grupos de interesses que estavam ligados a estas organizações pretendiam, não só afirmar o setor, como defendê-lo dos ataques reguladores do Estado (Hall, 1995).

## **2.2 As Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS)**

As Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) são instituições que já existem há muitos séculos na sociedade portuguesa, estando dispersas por todo o território português. Durante muitos séculos estas instituições foram fundamentais na proteção social, se bem que, com o aparecimento da previdência e, em seguida, da Segurança Social, a partir do século XX, estas instituições evoluíram e passaram a ter um papel mais abrangente, tendo mantido e aumentado as suas atividades. A principal mudança ocorrida traduziu-se no facto de o Estado passar a assumir a responsabilidade política pela proteção social, através da consagração de direitos e da prestação de serviços diversos.

O Estado, para a prestação de serviços diversos, recorreu à participação das IPSS, passando a regular a sua atividade e assegurando-lhes uma parte significativa do financiamento. Deste facto resultou um estatuto que, parecendo contraditório, foi inovador para o desenvolvimento da ação social: as instituições “sentiram” que o Estado as contratou para prestarem serviços que eram da competência do Estado; ao mesmo tempo, estas instituições procuraram manter a sua própria identidade, independentemente do papel do Estado (Sónia Sousa et al., 2012).

Esta evolução que ocorreu com as IPSS, no decorrer dos séculos, deu origem a três conceções relativas à sua missão: a conceção estatizante, a de auto-responsabilização e a de cooperação. Para uma melhor compreensão de cada uma das três conceções, importa caracterizar, de forma breve, cada uma:

- Estatizante - Esta conceção considera que o Estado, sendo responsável pela ação social, pode e talvez deva concessionar esta, na totalidade ou em parte, às IPSS e a outras entidades; neste caso as instituições configuram-se como prestadoras de serviços, simultaneamente ao Estado e aos utentes.
- Auto-responsabilização - Nesta conceção considera-se que as instituições são emanção da sociedade civil, sendo, deste modo, vinculadas diretamente à solução dos respetivos problemas sociais. No entanto, desde as mais antigas fases da sua história verificou-se sempre a comparticipação dos poderes públicos, pois pressupunham que também eram co-responsáveis por esta fundamental dimensão do bem comum.
- Cooperação - Por fim, esta última conceção é uma síntese das anteriores. As IPSS são instituições direcionadas para as pessoas necessitadas, prestando-lhes com os seus próprios meios todas as ajudas possíveis, e requerem a intervenção subsidiária do Estado, assumindo-o como co-responsável e regulador. Assim, pode-se entender que estas instituições não possuem o interesse de se posicionar face ao Estado na defesa da sua viabilidade, mas sim preocupam-se em estar a favor dos mais necessitados, procurando assim as melhores soluções possíveis, com as pessoas mais necessitadas e suas famílias, com o Estado, com as comunidades locais e com outras entidades.

Segundo Bordalo & Cruz (2010), as IPSS regem-se por diversos princípios e valores, entre os quais se destacam o princípio da solidariedade, da autonomia e identidade, da responsabilidade e da subsidiariedade.

Princípio da Solidariedade – é o valor central da existência das IPSS e é com base neste valor que estas instituições se organizam de modo a obter recursos para cumprirem a sua missão e os seus objetivos, de forma responsável.

Autonomia e Identidade – surgem da sua natureza e história e devido ao facto destas instituições terem como finalidade a prossecução do bem comum, a defesa e a consolidação dos direitos e deveres sociais, sem finalidades lucrativas. Para responder a necessidades em grande número e cada vez mais diversificadas, as IPSS necessitam possuir uma grande capacidade de negociar parcerias e de gerir recursos que são finitos e limitados.

Princípio da Responsabilidade – este valor é considerado um princípio ético, pois tem de existir cuidado e preocupação por parte das instituições, a fim de alcançarem com sucesso os fins a que se destinam.

Princípio da Subsidiariedade – é considerado fundamental para legitimar um quadro de direitos e deveres e dar legitimidade às instituições com o Estado central, regional e local, baseando-se na ideia de proximidade que é fundamental na estratégia nacional, para as IPSS e famílias, relativamente aos poderes central e local.

As Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) são “instituições constituídas por iniciativa de particulares, sem finalidade lucrativa, com o propósito de dar expressão organizada ao dever moral de solidariedade e de justiça entre os indivíduos, que não sejam administradas pelo Estado ou por um corpo autárquico” (D.L. 119/83), prosseguindo os seguintes objetivos:

- Apoio a crianças e jovens;
- Apoio à família;
- Proteção dos cidadãos na velhice e invalidez e em todas as situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho;

- Promoção e proteção da saúde, nomeadamente através da prestação de cuidados de medicina preventiva, curativa e de reabilitação;
- Educação e formação profissional dos cidadãos;
- Resolução dos problemas habitacionais das populações.

As IPSS integram-se na área da ação social da Segurança Social, e estão relacionadas com várias organizações representativas de organizações da área da segurança social: União das Instituições Particulares de Solidariedade Social (UIPSS), União das Mutualidades Portuguesas (UMP), Fenacerci – Federação das Cooperativas de Solidariedade Social. Segundo o Estatuto das IPSS, estas podem revestir a forma organizativa de: associações de solidariedade social, associações de voluntários de ação social, associações de socorros mútuos, fundações de solidariedade social, centros paroquiais, organizações religiosas e irmandades de misericórdia. As organizações religiosas e os centros sociais paroquiais são igualados a fundações, enquanto as irmandades da misericórdia são igualadas a associações.

Estas instituições podem também ser agrupadas pela sua natureza, em associativas ou de natureza fundacional. São consideradas de natureza associativa as associações de solidariedade social, que são geralmente associações com fins de solidariedade social, nas quais não se encontram incluídas as associações de voluntários de ação social, as associações de socorros mútuos ou associações mutualistas, as irmandades da Misericórdia. Segundo o Decreto-Lei nº 72/90, de 03 de Março, as associações mutualistas dispõem de um regime autónomo.

São consideradas de natureza fundacional as fundações de solidariedade social, os centros sociais paroquiais e outros institutos criados por organizações da Igreja Católica ou por outras organizações religiosas, que estão sujeitas ao regime das fundações de solidariedade social.

Ao olharmos para a atual situação da provisão de bem-estar enquanto efeito de variadas influências, verificamos que são o resultado de processos dinâmicos que determinam as possibilidades existentes a cada momento e a capacidade dos diversos atores de imporem os seus modelos e filosofias. Assim, assumimos como ponto de partida o seu lugar num continuum entre o pólo público e o pólo privado (Santos,

1999) e olhamos para as Organizações do Terceiro Setor (OTS) como misturas na mistura de bem-estar (Evers, 1995).

No que concerne à importância das Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) na economia portuguesa, ainda persistem muitas lacunas no processo de recolha e sistematização da informação estatística sobre este setor de atividade económica, tornando apenas possível quantificar a sua importância de forma aproximada. No entanto, a informação estatística respeitante às Instituições Sem Fins Lucrativos ao Serviço das Famílias (ISFLSF) é a que mais se aproxima do universo de atuação das IPSS.

A importância económica das ISFLSF é uma subestimação da importância económica das IPSS por dois motivos. Em primeiro lugar, em conformidade com os critérios das Contas Nacionais, as Contas das ISFLSF não contabilizam a produção dos serviços não mercantis, serviços esses com grande relevância no conjunto das atividades exercidas por estas instituições e nas atividades das IPSS. Em segundo lugar, as Contas das ISFLSF não contabilizam o trabalho voluntário, o qual apresenta uma expressão significativa na atividade das IPSS (Sónia Sousa et al., 2012).

As IPSS, pertencentes às Organizações do Terceiro Setor, possuem mais vantagens fiscais e encontram-se mais próximas do Estado, sendo que partilham alguns objetivos que concretizam direitos sociais.

## **2.3 O Estado, as Políticas Públicas e as IPSS**

O Governo tem vindo a assumir uma parceria sólida entre o Estado e o setor social e solidário, habilitando as entidades da economia social para o desenvolvimento de novos modelos de respostas sociais, para além das suas tradicionais áreas de atuação. As entidades da economia social têm um papel fundamental no apoio a todos aqueles que, por várias razões, se encontram em situação de vulnerabilidade, sendo que assim estão mais próximo dos cidadãos e têm maior capacidade de resposta às situações de carência e de desigualdade social. A publicação do Decreto - Lei n.º 120/2015 de 30 de Junho reforçou a visão de uma parceria público-social, estabelecida com as entidades do setor social e solidário, não só no domínio da segurança social, mas também passando a abranger outros domínios, como o emprego e formação



profissional, a saúde e a educação, permitindo enquadrar o desenvolvimento de novos modelos de respostas no âmbito de diferentes áreas sociais do Estado. No que diz respeito à Segurança Social, o Estado tem valorizado o papel das IPSS e tem promovido a cooperação, permitindo concretizar a repartição de obrigações e responsabilidades, com o objetivo de desenvolvimento de serviços e equipamentos sociais que visam a proteção social dos cidadãos (D.L. n.º 126/2015 de 01 de Julho).

O Setor da Economia Social é considerado um setor pujante em Portugal, existindo quer no interior quer no litoral do país, na medida em que possui uma forte capacidade de gerar e manter postos de trabalho, em particular para pessoas com muita dificuldade em ingressar ou regressar ao mercado de trabalho.

As políticas públicas são um conjunto de ações do Estado, que age de forma direta ou indireta, com o intuito de atender toda a população, implementando programas, projetos, intervindo assim na realidade social.

O conceito de políticas públicas é definido por diversos autores, sendo que, segundo Teixeira (2002), “Políticas públicas são diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado. São, nesse caso, políticas explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos (leis, programas, linhas de financiamentos) que orientam ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos. Nem sempre, porém, há compatibilidade entre intervenções e declarações de vontade e as ações desenvolvidas. Devem ser consideradas também as não ações, as omissões, como formas de manifestação de políticas, pois representam opções e orientações dos que ocupam cargos. As políticas públicas visam responder a demandas, principalmente dos setores marginalizados da sociedade, considerados como vulneráveis. Essas demandas são interpretadas por aqueles que ocupam o poder, mas influenciadas por uma agenda que se cria na sociedade civil através da pressão e mobilização social. Visam ampliar e efetivar direitos de cidadania, também gerados nas lutas sociais e que passam a ser reconhecidos institucionalmente.”

Como o Estado encontra enormes dificuldades em atender todas as políticas públicas, em particular de modo a ajudar os que mais necessitam, sendo que as

políticas públicas sociais garantem à população o direito de cidadania, educação, saúde, trabalho, assistência social, previdência social, justiça, saneamento, habitação e meio ambiente, o Governo necessita realizar parcerias com as organizações não-governamentais e também com a iniciativa privada, para que possa desenvolver e realizar projetos sociais necessários à população, de modo a que a sua função seja repartida com outros setores da sociedade, o que deste modo faz com que grande parte do que esteja a cargo do Estado seja distribuído de forma que o terceiro setor possa dar suporte nas políticas públicas sociais, e com isso suprir toda a carência social, atendendo as necessidades de toda a população.

O Terceiro Setor surgiu para preencher algumas lacunas deixadas pelo Estado, em questões relacionadas com as políticas públicas, dando apoio àqueles que necessitavam de assistência social, mas aos quais o Estado não estava sendo capaz de dar essa ajuda. Deste modo, o terceiro setor passou a ser bem visto por todos, por um lado, a população que necessita de apoio é atendida e, por outro lado, o Estado tem um suporte por parte do terceiro setor, fazendo com que a população não fique desamparada, pois haverá sempre um grupo, uma organização, que cumprirá o papel social que deveria ser a cargo do Estado cumprir. Deste modo, o terceiro setor que, tendo sido criado para ajudar o Estado na implantação das suas políticas públicas sociais, passa a ser um forte responsável por criar, fazer e manter essas ações que a sociedade necessita, dando esse suporte para a população em geral, e cumprindo o papel social que deveria ser cumprido pelo Estado.

## **2.4 O envelhecimento populacional e as políticas públicas**

Os países desenvolvidos e em desenvolvimento estão sujeitos, segundo as estatísticas demográficas, a um processo de envelhecimento populacional acelerado, e Portugal não é exceção. O fenómeno do envelhecimento populacional ou demográfico é caracterizado pelo aumento da população idosa face à redução da população jovem, definição esta que também pode ser denominada de duplo envelhecimento (Cristina Barbosa, EXEC).

Estima-se que as populações mais velhas estejam a aumentar em todo o mundo, e entre 1950 e 1998, a população mundial com mais de 60 anos apresentou

um crescimento de 255 milhões, sendo que, segundo as estimativas, espera-se que esse número aumente para 1,3 biliões, até 2025, dos quais 839 milhões vão concentrar-se nos países em desenvolvimento e cerca de 500 milhões nos países desenvolvidos (Cravey & Mitra, 2011).

Os problemas sociais contemporâneos são muito complexos, colocando desafios cada vez maiores à ação pública, com vista à promoção da coesão social. Sendo que o processo de globalização não é indiferente a essa complexidade, segundo Gonçalves (2011), e sendo a questão social um fenómeno das sociedades modernas, fundamenta-se a reforma do reposicionamento do Estado e da intervenção social.

O envelhecimento populacional ou demográfico é reconhecido e está presente em todo mundo, trazendo grandes desafios para as políticas públicas. Um dos desafios mais importantes é o facto de assegurar que o processo de desenvolvimento económico e social ocorra de forma contínua, tendo como base princípios que garantam a manutenção da dignidade humana e a equidade entre os vários grupos etários na partilha dos recursos, direitos e responsabilidades sociais (Ana Camarano, Maria Pasinato, IPEA, 2007).

Segundo Lynch (2010, cit. in Hudson, 2010), é de realçar a importância do envelhecimento junto do poder político. No entanto, é necessário ocorrerem mudanças na construção política relativamente ao envelhecimento e ao potencial que este grupo etário pode desempenhar, sendo fundamental equilibrar o impacto socioeconómico do envelhecimento e as potenciais intervenções das políticas públicas.

As políticas públicas direccionadas para as pessoas idosas têm-se descentralizado progressivamente e territorializado, possibilitando, numa perspectiva de maior proximidade, a satisfação e ir ao encontro das necessidades da população idosa. Hadjab, Roussel e Voullet (2007) defendem que deve ser encarada como fundamental para o desenvolvimento dos territórios, em particular os rurais, a resposta realizada pelos atores locais relativamente ao envelhecimento.

Pode-se afirmar que políticas integradoras aproximam a população, tornando-se fundamental a presença de *stakeholders*, que promovam o processo de envelhecimento e fomentem a intergeracionalidade (Andor, 2012).

Pode-se concluir que a temática relativa às políticas públicas e ao envelhecimento apresenta uma pertinência inequívoca, tanto no domínio político como no social.

### **Capítulo 3 – Contextualização do Centro Social e Paroquial de Nossa Senhora da Luz**

O Centro Social e Paroquial de Nossa Senhora da Luz nasceu no ano 1981, numa das freguesias do Concelho de Beja, em Albernoa. O seu fundador foi o Senhor Padre António Moreira. Após a sua morte, foi eleita uma Comissão Administrativa que geriu a Instituição até à data em que a nova direção presidida pelo Irmão Domingos Bragadesto (Fraternidade dos Irmãozinhos de São Francisco de Assis) tomou posse, a 01 de Outubro de 2014.

Desde a sua fundação, que a Instituição se dedica ao apoio social da população idosa e à integração e cuidado dos mais carenciados, respondendo às necessidades dos utentes e dos seus cuidadores.

Dos serviços prestados a estes utentes destacam-se, a alimentação, higiene pessoal, tratamento de roupas, cuidados de imagem. A estes serviços acrescem a animação sociocultural e desportiva, apoio social e cuidados de saúde primários, os quais são prestados aos utentes diariamente por uma enfermeira e semanalmente por um médico.

Atualmente engloba três lares:

- Lar Nossa Senhora da Luz de Albernoa (1981);
- Lar da Sagrada Família (1987);

- Lar de Santo António (2013), pertencente anteriormente à Fundação de Santo António (1995-2012).

### **3.1 Lar da Sagrada Família**

O Lar da Sagrada Família surgiu em 1987 na localidade de Santa Clara do Louredo, tendo capacidade para 61 utentes. Neste momento acolhe 61 utentes, dos quais 45 são do género feminino e 16 do género masculino, com idades compreendidas entre os 48 e 93 anos, respetivamente.

Dos 61 utentes, 60 estão abrangidos pelo acordo de cooperação com a Segurança Social (utentes contemplados no acordo de cooperação e pelos quais é atribuída uma comparticipação financeira) e 1 utente encontra-se em extra-acordo. A média de idades da resposta social é 74 anos.

Ao analisar-se o sexo predominante, verifica-se que o género feminino é mais expressivo.

Este Lar tem um quadro de pessoal composto por 36 colaboradores, distribuídos pelos seguintes cargos/funções: Diretora Técnica/Assistente Social; Animadora Sociocultural; Encarregada Geral; Cozinheira; Ajudante de Cozinha; Lavadeira; Auxiliar de Serviços Gerais; Ajudante de Ação Direta.

### **3.2 Missão, Objetivos, Visão, Valores e Lema**

#### **Missão e objetivos:**

A principal missão do Centro Social e Paroquial de Nossa Senhora da Luz – Lar da Sagrada Família é ser um lugar onde a pessoa idosa é acolhida, amada e respeitada como SER único, no acompanhamento do seu processo de envelhecimento, no respeito pelos direitos fundamentais da sua identidade e autonomia, com o intuito de proporcionar na Resposta Social onde está inserida, a realização como pessoa, na dimensão afetiva; física; psíquica; intelectual; espiritual; emocional; cultural e social da vida.

**Visão:**

Que o processo de envelhecimento atinja um nível de bem-estar e um grau de autonomia que possibilite ao idoso uma vida de acordo com as suas necessidades e expectativas.

**Valores:**

Os principais valores adotados pela Instituição e que são fundamentais para o seu funcionamento e para a prossecução dos seus objetivos são: a dedicação, a solidariedade, a lealdade, a sinceridade, a tolerância e o trabalho em equipa.

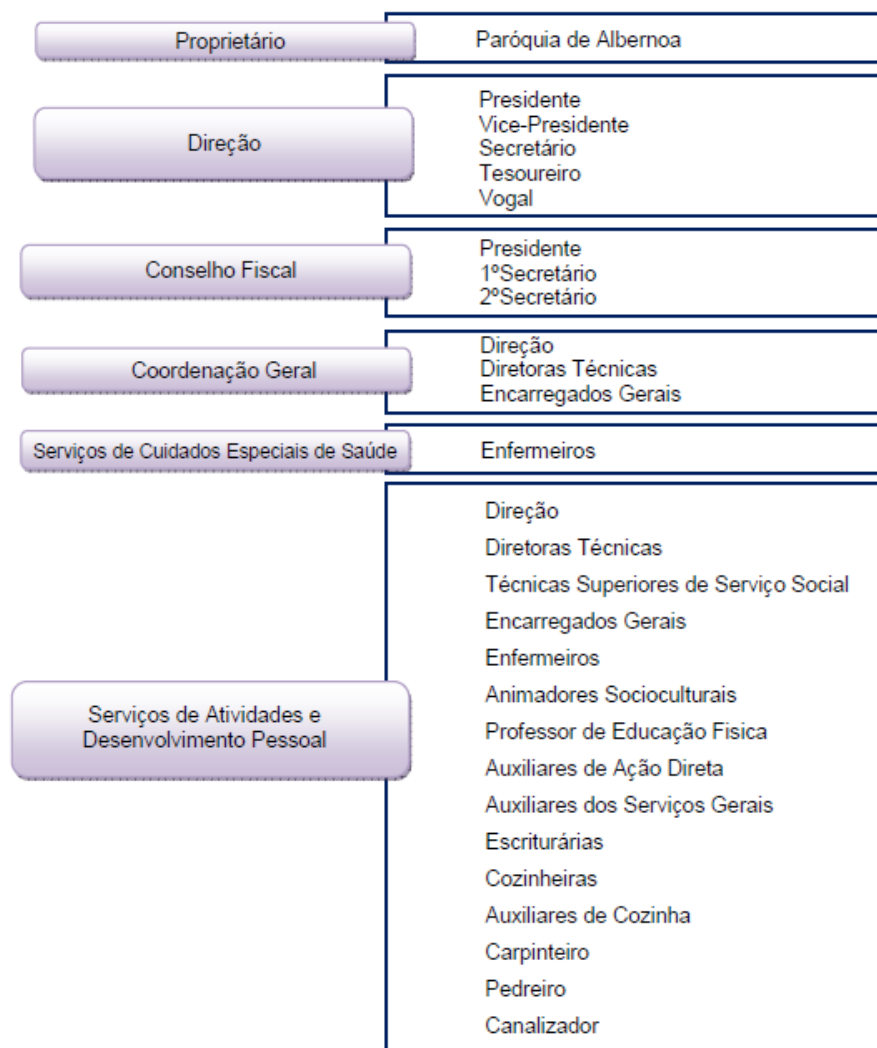


**Figura 1 - Valores da Instituição.**

**Lema:**

O lema da Instituição é “Ama o próximo como a ti mesmo”, que mostra de forma clara os objetivos e valores da Instituição, bem como a sua preocupação com o ser humano, com a sua qualidade de vida e com o seu bem-estar.

### 3.3 Organograma da Instituição



**Figura 2** - Organograma do Centro Social e Paroquial de Nossa Senhora da Luz.

### 3.4 Corpos Sociais

<b>Direção</b>	
Presidente	Diác. Ir. Domingos Manuel Madeira Bragadesto
Vice Presidente	Diác. Ir. José Domingos dos Santos Gomes
Secretária	Maria Adelaide Engrossa Gato Brissos
Tesoureira	Beatriz da Luz Pereira
Vogais	Ir. Maria Teresa Guerreiro Geraldo
<b>Conselho Fiscal</b>	
Presidente	Andreia Manuel Castro Matias Saião
1ª Secretária	Sílvia Cristina Lourenço Alves
2ª Secretária	Luciano António Rosário

**Figura 3** - Composição dos Órgãos Sociais do Centro Social e Paroquial de Nossa Senhora da Luz.

## Capítulo 4 – Descrição das Atividades de Estágio

Este estágio curricular teve lugar no Lar da Sagrada Família, localizado em Santa Clara do Louredo, sendo um dos três lares que integram o Centro Social e Paroquial de Nossa Senhora da Luz. O estágio teve início a 01 de fevereiro de 2018 e terminou a 11 de maio do ano corrente.

Para a realização do estágio, que por sua vez deu origem ao presente relatório, foi necessário um longo processo de investigação da minha parte, com a supervisão da Diretora Técnica do Lar da Sagrada Família, da Técnica Oficial de Contas e da Técnica de Recursos Humanos.

Para uma melhor compreensão da temática escolhida, tive, como principais objetivos:

- A) Enquadramento da Instituição e o seu relacionamento com o Estado.
- B) Como é que a Instituição atua?
- C) O impacto da Instituição no meio local.



#### D) O futuro da Instituição.

Inicialmente, comecei por fazer um enquadramento da Instituição e ver qual o seu relacionamento com o Estado. Assim, caracterizei a Instituição como Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS); analisei o apoio da Segurança Social à Instituição; examinei os gastos, as ajudas e os apoios recebidos; tentei perceber qual o papel das políticas públicas nas IPSS, neste caso em particular da Instituição.

De seguida, tentei perceber como é que a Instituição atua, estudando as suas formas de atuação em termos locais. Posteriormente, estudei o impacto da Instituição no meio local, em que tentei perceber qual a sua importância social e económica na comunidade em que está inserida; qual a capacidade de resposta da Instituição às situações de maior vulnerabilidade; de que forma dinamiza a economia local; de que forma a Instituição ajuda no combate à pobreza.

Por fim, tentei perceber qual será o futuro da Instituição, através da análise dos problemas que a Instituição enfrenta.

#### **A) Enquadramento da Instituição e o seu relacionamento com o Estado.**

##### **A1) Caracterizar a Instituição como IPSS.**

O Centro Social e Paroquial de Nossa Senhora da Luz da Paróquia de Albernoa, com sede no Largo da Igreja, 1, em Santa Clara de Louredo, Pessoa Coletiva Religiosa, nº 501 227 636, Instituição de Direito Privado, dotada de Personalidade Jurídica e constituída em Instituição Particular de Solidariedade Social, canonicamente ereta por Decreto do Bispo de Beja, datado de 23 de Janeiro de 1981, inscrita no Livro das Fundações de Solidariedade Social, Art.º 41º do Decreto Lei nº 119/83, de 25 de Fevereiro, folha 3 e verso, sob o nº 2/81, goza de Personalidade Jurídica no foro Civil, obtida nos termos da Concordata. O “Centro Social” rege-se por Estatutos aprovados pelo Bispo da Diocese de Beja e celebra Acordos de Cooperação para a Resposta Social “Estrutura Residencial para Pessoas Idosas” com o Centro Distrital de Beja, ISS. IP.

A Instituição presta serviços e desenvolve atividades, destinando-se à habitação de: pessoas com 65 ou mais anos que, por razões familiares, de dependência, de isolamento, de solidão ou de insegurança, não podem permanecer na sua residência; pessoas adultas de

idade inferior a 65 anos, em situações de exceção devidamente justificadas; de pessoas em situações pontuais, decorrentes da ausência, impedimento ou necessidade de descanso do seu cuidador.

A cooperação entre o Estado e as entidades da economia social, nomeadamente as Instituições Particulares de Solidariedade Social, desempenha uma importância central e vital na implementação de programas, medidas e serviços de proteção social (Diário da República, 1ª série-Nº47-07 de Março de 2017, Portaria nº 100/2017).

No que concerne à ação social, a cooperação entre o Estado e as IPSS desde décadas que se baseia no estabelecimento de uma parceria, em que existe partilha de objetivos, consoante a repartição e assunção de obrigações e responsabilidades, com o intuito de desenvolver respostas, serviços e equipamentos sociais para a proteção social dos cidadãos. O modelo de cooperação em vigor rege-se pelos princípios da subsidiariedade, proporcionalidade, solidariedade e participação, entendidos numa perspetiva de otimização de recursos, principalmente financeiros, havendo a necessidade de uma programação dos acordos de cooperação a celebrar, em função da reavaliação de prioridades para o setor e, principalmente, a definição de objetivos e critérios na seleção das respostas sociais (Diário da República, 1ª série-Nº47-07 de Março de 2017, Portaria nº 100/2017).

## **A2) O apoio da Segurança Social à Instituição.**

Segundo o Acordo de Cooperação estabelecido entre o Instituto de Segurança Social, IP/Centro Distrital de Beja e o Centro Social e Paroquial de Nossa Senhora da Luz, a 29 de Julho de 2015, e em conformidade com o disposto no Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social e de harmonia com a legislação e instrumentos de cooperação em vigor, constitui objeto do acordo que a Instituição desenvolva atividades de Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI), sendo que o Centro Distrital presta o apoio técnico e financeiro à Instituição, pelo desenvolvimento das referidas atividades.

A ERPI está enquadrada nos fins estatutários da Instituição, sendo que presta serviços e desenvolve atividades que visam:

- a) Proporcionar serviços permanentes e adequados à problemática biopsicossocial das pessoas idosas;
- b) Contribuir para a estimulação de um processo de envelhecimento ativo;
- c) Criar condições que permitam preservar e incentivar a relação intrafamiliar;
- d) Potenciar a integração social.

As obrigações do Centro Distrital para com o Centro Social e Paroquial de Nossa Senhora da Luz, estabelecidas no acordo de cooperação são:

- a) Colaborar com a Instituição, garantindo o acompanhamento e o apoio técnico, através de um conjunto de atuações que visam avaliar o estabelecido no acordo e, caso se justifique, propor as alterações necessárias;
- b) Assegurar o pagamento da comparticipação financeira estabelecida;
- c) Colaborar na preparação e atualização de regulamentos técnico-jurídicos, quando solicitado pela Instituição;
- d) Cumprir as cláusulas estipuladas no acordo;
- e) Efetuar a avaliação do funcionamento da resposta social e elaborar o respetivo relatório;
- f) Assegurar o cumprimento da legislação em vigor para a resposta objeto do acordo.

Para o ano de 2015, a comparticipação financeira do Centro Distrital para com o Centro Social e Paroquial de Nossa Senhora da Luz foi de 362,49 euros utente/mês. Este valor é atualizado de forma automática, em função do disposto no Protocolo que anualmente procede à atualização da comparticipação financeira da Segurança Social, no âmbito da aplicação do regime jurídico da cooperação previsto no n.º 2 do art.º 16 da Portaria n.º 196-A/2015, de 01 de Julho.

Relativamente às comparticipações familiares, estas são determinadas de forma proporcional ao rendimento do agregado familiar dos utentes, em conformidade com o disposto no Anexo à Portaria n.º 196-A/2015, de 01 de Julho.

### **A3) Analisar os gastos, as ajudas e os apoios recebidos.**

Na análise dos gastos, das ajudas e dos apoios recebidos por parte da Instituição, e para uma melhor compreensão da posição financeira e do desempenho financeiro da mesma, foram analisados o Balanço e a Demonstração dos Resultados por Naturezas, referentes aos anos de 2016 e 2017, respetivamente.

Da análise do Balanço, demonstração financeira que apresenta a posição financeira (patrimonial) da entidade, em 31 de Dezembro de 2016 (presente no Anexo 1), foi possível verificar que os Ativos Não Correntes (ativos detidos com caráter de continuidade ou permanência cuja detenção ultrapassa doze meses após a data do Balanço) totalizaram 1.505.777,26 euros, sendo os Ativos Fixos Tangíveis a rubrica com o valor mais elevado de 1.499.581,60 euros, seguindo-se os Investimentos Financeiros com 3.347,88 euros e os Ativos Intangíveis com 2.847,78 euros. As rubricas referentes aos Bens do património histórico e artístico e cultural, Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Membros e Outros créditos e ativos não correntes não apresentaram qualquer valor, respetivamente.

No que diz respeito aos Ativos Correntes (ativos que se espera que sejam utilizados ou realizados durante o decurso normal do ciclo operacional da entidade ou até doze meses após a data do Balanço), estes totalizaram 664.075,40 euros. As rubricas que apresentaram os valores mais elevados foram a Caixa e depósitos bancários com 579.271,98 euros, Outros ativos correntes, no valor de 41.788,93 euros e os Créditos a receber com 40.186,75 euros. As rubricas que apresentaram os valores mais baixos foram os Diferimentos com 2.445,77 euros e o Estado e outros entes públicos com 381,97 euros, sendo que os Inventários e os Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Membros apresentaram valores nulos, respetivamente. Assim, o somatório dos Ativos Não Correntes e Correntes fez um Ativo Total de 2.169.852,66 euros.

Da análise dos Passivos foi possível verificar que o Passivo Não Corrente (passivo que se espera que seja liquidado a mais de doze meses após a data do Balanço) apresentou um valor nulo. Quanto ao Passivo Corrente (passivo que se espera que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade ou num período até doze meses após a data do Balanço) este apresentou um total de 326.672,17 euros, sendo que os valores mais elevados corresponderam a Outros passivos correntes com 252.723,63 euros, Fornecedores com 40.116,84 euros e Estado e outros entes públicos com 33.831,70 euros. Os Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Membros, os Financiamentos obtidos e os Diferimentos não apresentaram qualquer valor. O Passivo apresentou um total de 326.672,17 euros.

Os Fundos Patrimoniais totalizaram 1.843.180,49 euros. A rubrica que apresentou o valor mais elevado foi os Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais com 1.222.534,72 euros, seguindo-se os Resultados transitados, no valor de 422.616,10 euros e os Fundos com 53.117,65 euros. Os Excedentes técnicos, as Reservas e os Excedentes de revalorização apresentaram valores nulos. O somatório dos Fundos Patrimoniais e do Passivo totalizou 2.169.852,66 euros.

O Resultado líquido do período apresentou o valor de 144.912,02 euros.

Relativamente ao Balanço em 31 de Dezembro de 2017 (presente no Anexo 3), os Ativos Não Correntes totalizaram 1.506.901,08 euros, valor superior comparativamente ao ano anterior. Os Ativos Fixos Tangíveis apresentaram o valor mais elevado de 1.500.950,95 euros, seguindo-se os Investimentos financeiros com 4.398,77 euros e os Ativos intangíveis com 1.551,36 euros. Os Bens do património histórico e artístico e cultural, os Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Membros e Outros créditos e ativos não correntes, não apresentaram qualquer valor.

O Ativo Corrente também apresentou um valor superior ao do ano anterior, no montante de 731.688,27 euros. As rubricas que mais contribuíram foram a Caixa e depósitos bancários com 679.363,96 euros, os Créditos a receber com 43.335,11 euros, Outros ativos correntes com 8.397,37 euros, o Estado e outros entes públicos

com 381,97 euros e os Diferimentos com 209,86 euros. Os Inventários e os Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Membros, não apresentaram qualquer contributo. O total do Ativo foi de 2.238.589,35 euros.

Tal como no ano anterior, o Passivo Não Corrente não apresentou qualquer valor, enquanto que o Passivo Corrente apresentou um valor superior ao do ano anterior, totalizando 350.255,38 euros. As rubricas com os valores mais elevados foram Outros passivos correntes, o Estado e outros entes públicos e Fornecedores, com 252.748,41 euros, 61.008,13 euros e 36.498,84 euros, respetivamente. Os Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Membros, Financiamentos obtidos e Diferimentos apresentaram um valor nulo. O total do Passivo foi de 350.255,38 euros.

Relativamente aos Fundos Patrimoniais estes totalizaram 1.888.333,97 euros, valor superior ao do ano anterior.

Os Ajustamentos/Outras variações nos fundos patrimoniais com 1.222.534,72 euros, os Resultados transitados com 516.479,60 euros e os Fundos com 53.117,65 euros foram as rubricas que contribuíram para o total dos Fundos Patrimoniais, pois os Excedentes técnicos, as Reservas e os Excedentes de revalorização não apresentaram qualquer contributo. Os Fundos Patrimoniais e o Passivo somaram o valor de 2.238.589,35 euros.

O Resultado líquido do período foi de 96.202,00 euros, tendo sido inferior ao do ano anterior.

Da análise da Demonstração dos Resultados por Naturezas, demonstração financeira que tem como objetivo demonstrar como é que a empresa gerou os resultados líquidos – reflete o desempenho económico da sociedade (performance) num dado período de tempo e respetivo comparativo - em 31 de Dezembro de 2016 (presente no Anexo 2) foi possível verificar, através da análise dos rendimentos e gastos, que a instituição apresentou um Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA) de 181.687,60 euros, sendo que, as rubricas que mais contribuíram para este valor foram os Gastos com o pessoal com 1.459.255,98

euros, as vendas e serviços prestados com 1.453.862,79 euros, os Subsídios, doações e legados à exploração com 784.807,79 euros, os Fornecimentos e serviços externos com 444.111,77 euros, os Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas com 187.101,04 euros, Outros rendimentos com 34.890,16 euros e Outros gastos com 1.404,35 euros. A Variação nos inventários da produção, os Trabalhos para a própria entidade, Ajustamentos de inventários (perdas/reversões), a Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões), as Provisões (aumentos/reduções), as Provisões específicas (aumentos/reduções), Outras imparidades (perdas/reversões) e Aumentos/reduções de justo valor não apresentaram qualquer valor, respetivamente.

Os Gastos/reversões de depreciação e de amortização foram de 36.739,97 euros, tendo sido obtido um Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) de 144.947,63 euros.

A Instituição apresentou um Resultado Antes de Impostos de 144.912,02 euros, sendo que, os Juros e rendimentos similares obtidos apresentaram um valor nulo e os Juros e gastos similares suportados foram de 35,61 euros. Como o Imposto sobre o rendimento do período foi nulo, O Resultado Líquido do período foi igual ao Resultado Antes de Impostos.

Da análise da Demonstração dos Resultados por Naturezas em 31 de Dezembro de 2017 (presente no Anexo 4), foi possível verificar que a Instituição apresentou valores mais baixos comparativamente ao ano anterior.

Em 2017 o Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos totalizou 137.236,00 euros. As rubricas que mais contribuíram foram os Gastos com o pessoal com 1.578.560,00 euros, as Vendas e serviços prestados com 1.455.785,00 euros, os Subsídios, doações e legados à exploração com 793.361,00 euros, os Fornecimentos e serviços externos com 424.095,00 euros, os Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas com 182.636,00 euros, Outros rendimentos com 94.474,00 euros e Outros gastos com 21.093,00 euros. As rubricas que apresentaram valores nulos foram a Variação nos inventários da produção, os Trabalhos para a própria entidade, os Ajustamentos de inventários (perdas/reversões), a Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões), as Provisões

(aumentos/reduções), as Provisões específicas (aumentos/reduções), Outras imparidades (perdas/reversões) e Aumentos/reduções de justo valor.

Os Gastos/reversões de depreciação e de amortização foram de 41.034,00 euros, tendo o Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) obtido o valor de 96.202,00 euros.

Tanto os Juros e rendimentos similares obtidos, como os Juros e gastos similares suportados e o Imposto sobre o rendimento do período, apresentaram valor nulo. Deste modo, o Resultado Antes de Impostos e o Resultado Líquido do período foram de 96.202,00 euros, valor inferior ao do ano anterior.

## **B) Como é que a Instituição atua?**

### **B1) As suas formas de atuação em termos locais.**

Para melhor compreender as formas de atuação da Instituição no meio local em que está inserida, foquei-me nas seguintes questões:

-Quantas pessoas a Instituição emprega?

A Instituição em estudo emprega atualmente 38 colaboradores afetos aos quadros da Instituição, sendo que também estão na Instituição duas colaboradoras ao abrigo do CEI (Medida do IEF), um estagiário e 3 colaboradoras em regime de prestação de serviço, o que totaliza 44 colaboradores.

-Que tipos de apoios/ajudas oferece à população?

Para além da ajuda/apoio inerente aos residentes, o Lar da Sagrada Família oferece, principalmente, empregabilidade à população local.

-Quais as regalias que oferece aos colaboradores?



A Instituição em estudo oferece formação profissional aos colaboradores, em áreas de interesse, no âmbito de medidas do cheque formação do IEFP (Instituto do Emprego e Formação Profissional).

A entidade atribui aos trabalhadores três, dois ou um dia de majoração de férias, de acordo com a convenção coletiva de trabalho. Três dias de férias até ao máximo de uma falta ou dois meios-dias; dois dias de férias até ao máximo de duas faltas ou quatro meios-dias, um dia de férias até ao máximo de três faltas ou seis meios-dias.

### **C) O impacto da Instituição no meio local.**

#### **C1) A sua importância social e económica na comunidade em que está inserida.**

-Quantos trabalhadores da Instituição residem em Santa Clara do Louredo?

Residem 16 trabalhadores na localidade e um é natural da localidade, mas atualmente reside nas proximidades.

-Que atividades desenvolve juntamente com a comunidade?

A Instituição, nos últimos anos, tem vindo a desenvolver atividades em parceria com a Junta de Freguesia e a Escola Básica do Pré-Escolar. As atividades desenvolvidas em parceria são: a comemoração do dia 25 de Abril, do dia de S. Martinho que se comemora com um Magusto, e o mastro de S. João. Na área da saúde, organizam-se sessões de sensibilização - diabetes com rastreio da glicémia. Nas atividades promovidas pela Instituição também é solicitada a presença dos grupos de cantares femininos da localidade, de forma a participarem.

A Comunidade também participou em aulas de ginástica com o professor de desporto da Instituição e, no Carnaval, também se envolve a comunidade através do desfile de Carnaval.

-De que forma dinamiza a comunidade?

A Comunidade é convidada a participar nas atividades da Instituição, sendo o seu objetivo transformar a imagem negativa que os Lares de Idosos têm. Para os utentes da Instituição é uma mais valia contactarem com as pessoas da comunidade, uma vez que deixam de estar isolados com o exterior e mantêm o contacto social.

É de salientar que esta Instituição promove diversas atividades intergeracionais, pois acredita que a troca de conhecimentos entre utentes e crianças é uma mais-valia para estes dois grupos etários. As crianças aprendem a respeitar os mais velhos e os mais velhos revivem as suas memórias.

## **C2) A capacidade de resposta da Instituição às situações de maior vulnerabilidade.**

O fenómeno da pobreza não é recente e, ao longo da história, sempre esteve presente.

Os idosos, sendo um grupo muito vulnerável à pobreza e à exclusão social, uma vez que o envelhecimento provoca perda de autonomia e perda de papéis sociais. O envelhecimento da população, que tem vindo a crescer a um ritmo galopante, o facto de a maioria dos idosos dependerem dos apoios sociais, (reformas, Complemento Solidário para Idosos, etc) por regra muito baixos, veio fazer com que estes ficassem mais isolados e desprotegidos.

Atendendo ao atual contexto, o papel das Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) reveste-se de uma importância fundamental. A atuação das IPSS situa-se ao nível das respostas sociais para um grupo de destinatários, como os idosos, as pessoas dependentes e as famílias carenciadas. Estas IPSS produzem bens e serviços em prol da comunidade envolvente, não tendo fins lucrativos. Assumem uma especial importância na dinamização das economias locais, desde logo na criação de emprego.

A Instituição dá prioridade às admissões onde se verifiquem situações de idosos que se encontrem num estado de maior vulnerabilidade, tanto a nível económico como social.

### **C3) De que forma dinamiza a economia local.**

A principal forma da Instituição dinamizar a economia local é através da criação de postos de emprego, como já foi referido anteriormente, na medida em que 16 colaboradores do Lar da Sagrada Família residem em Santa Clara do Louredo.

### **C4) De que forma a Instituição ajuda no combate à pobreza.**

A Instituição possui 6 vagas da Segurança Social, sendo estas vagas destinadas a idosos em situações de maior vulnerabilidade.

Neste momento, na Instituição encontram-se 7 utentes que viviam numa situação mais vulnerável em termos económicos e sociais, para além da inexistência de suporte familiar.

No que consiste a ajudas exteriores, a Instituição fornece alojamento, alimentação, higiene do espaço e da roupa a 5 pessoas, sendo duas delas voluntárias na Instituição.

## **D) O futuro da Instituição.**

### **D1) Quais os problemas que a Instituição enfrenta.**

Neste momento a Instituição enfrenta diversos problemas, sendo que os principais e mais preocupantes são:

#### **1.º Financeiro**

A Instituição atravessa, neste momento, um problema financeiro, uma vez que as únicas fontes de rendimento são os acordos de cooperação que a Segurança Social tem com a Instituição e as mensalidades dos utentes. No que se refere aos acordos de cooperação, eles são insuficientes, uma vez que a Instituição tem 200 utentes e, destes, apenas 125 estão abrangidos, ou seja recebem este apoio. Quanto às mensalidades, estas são, no geral, muito baixas, uma vez que as pessoas não têm rendimentos e as famílias também não conseguem suportar estas despesas. Não têm assim onde ir buscar financiamento, o que neste momento está a tornar-se um grave problema.

A Instituição tem, também, que contabilizar as despesas diárias com eletricidade, gás, água, entre outros, uma vez que estas casas funcionam 365 dias por ano e 24 horas por dia. A juntar a isto tudo tem o seu maior encargo nas despesas com o pessoal. O quadro de pessoal tem que cumprir as normas e os rácios, o que leva à necessidade de ter muitos funcionários e muitos deles qualificados. A Instituição tem que pagar 14 meses ao ano aos funcionários e os utentes e a Segurança Social pagam-lhes apenas 12 meses.

## **2.º Infraestruturas**

No que se refere às infraestruturas, estas estão extremamente desadequadas a este tipo de serviços. São casas com muitos anos, que não têm tido qualquer manutenção, uma vez que, financeiramente, não é possível fazer qualquer intervenção.

Foi feita uma candidatura ao Portugal 2020, da qual se aguarda decisão. No entanto, o financiamento é entre os 75% e 80% dos gastos, pelo que a Instituição ainda tem, por sua conta, uma verba bastante considerável. A Instituição vai ter que ser financiada pela banca e pagar mensalmente o serviço da dívida.

## **3.º Famílias**

As famílias são outro problema neste momento, uma vez que são bastante exigentes e por, outro lado, não cumprem com os pagamentos. Têm dívidas muito elevadas, o que já levou a Instituição a ter de recorrer a processos judiciais.

Para além destes, a Instituição atravessa outros problemas do dia-a-dia, tais como processos disciplinares, fornecedores, etc. Estes são problemas que a Instituição vai tentando resolver no imediato, enquanto que os outros problemas que foram descritos são muito mais difíceis de resolver.

## Capítulo 5 – Discussão e Análise Crítica

As Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) são instituições que compõem o Terceiro Setor, e que estão fortemente relacionadas com o Estado e com a provisão de bem-estar social.

Segundo Pestoff (1998), Smith (1991) e Douglas (1983) o Terceiro Setor distingue-se do Estado e do mercado, pois não fornece serviços públicos ou obrigatórios nem oferece serviços com finalidade lucrativa. Este setor distingue-se também do setor informal da economia, na medida em que se encontra formalizado em organizações. O conceito de Terceiro Setor não pode ser usado em termos residuais, pois este setor detém identidade própria, e não se deve olhar para este setor como um espaço fechado e parado. Quando os autores referem que apenas existem três setores, estão a considerar apenas aqueles setores que têm existência ou identidade coletiva.

O Estado distingue-se do Terceiro Setor, pois enquanto que o Estado exerce uma relação de autoridade imposta por lei, o Terceiro Setor baseia-se na liberdade, uma vez que é constituído por uma identificação coletiva voluntária. Existe uma partilha de racionalidade coletiva entre o Estado e o Terceiro Setor, mas o Terceiro Setor não invoca a autoridade da lei na prossecução de bens coletivos, ao contrário do Estado. O Estado e o Terceiro Setor distinguem-se também do mercado, na medida em que, no mercado, existe a predominância de uma racionalidade individual e a sua base de identificação é a relação de troca na forma de transações *quid pro quo*.

Segundo Kramer (1990), o Terceiro Setor teve um surgimento ideológico, fosse este setor visto como travão à expansão do Estado-Providência ou visto como alternativa ou meio de expandir o bem-estar, através de uma maior participação dos cidadãos. Mas, segundo este autor, estes não foram os únicos motivos para o surgimento do Terceiro Setor. A maior utilização das organizações não-governamentais para a implementação de políticas públicas também contribuíram para o surgimento deste setor económico.

As Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) foram, durante muitos séculos, fundamentais na proteção social, no entanto, devido ao surgimento da previdência e da segurança social, as IPSS evoluíram, passando a terem um papel mais abrangente na sociedade. Devido a esta evolução, o Estado passou a assumir a responsabilidade política pela proteção social. O Estado, na prestação de serviços diversos, recorreu à participação das IPSS, regulando deste modo a sua atividade, bem como assegurando uma parte significativa do financiamento. Daqui resultou um estatuto inovador para o desenvolvimento da ação social.

Com o decorrer dos anos, a evolução ocorrida com as IPSS originou três conceções respeitantes à sua missão, sendo elas a conceção estatizante, a conceção de auto-responsabilização e a conceção de cooperação. Segundo Bordalo & Cruz (2010), e tal como foi possível verificar no meu processo de investigação ao Lar da Sagrada Família, pertencente ao Centro Social e Paroquial de Nossa Senhora da Luz, as IPSS regem-se por inúmeros princípios e valores, dos quais se destacam os princípios da solidariedade, da autonomia e identidade, da responsabilidade e da subsidiariedade.

As Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) estão integradas na área da ação social da Segurança Social e relacionam-se com outras organizações representativas de organizações da área da Segurança Social, tais como: UIPSS, União das Mutualidades Portuguesas, Fenacerci. As IPSS podem assumir a forma organizativa de associações de solidariedade social, associações de voluntários de ação social, associações de socorros mútuos, fundações de solidariedade social, centros paroquiais, organizações religiosas e irmandades de misericórdia, referidas no Estatuto das IPSS.

As IPSS podem também ser agrupadas pela sua natureza, em associativas ou de natureza fundacional. Neste caso, a instituição analisada é considerada de natureza fundacional, pois é um centro social paroquial, criado por organizações da Igreja Católica, estando sujeita ao regime das fundações de solidariedade social.

As entidades da economia social apresentam um papel fundamental no apoio aos cidadãos, que, por diversas razões, encontram-se em situação de vulnerabilidade, estando, deste modo, mais próximas destes e possuindo maior capacidade de resposta

às situações de carência e de desigualdade social. Com a publicação do Decreto – Lei n.º 120/2015 de 30 de Junho, reforçou-se a visão de uma parceria público-social, abrangendo o domínio da segurança social, do emprego e formação profissional, da saúde e da educação. Relativamente ao que diz respeito à Segurança Social, tem havido, por parte do Estado, uma valorização do papel das IPSS e uma promoção da cooperação, cujo objetivo é desenvolver serviços e equipamentos sociais, visando a proteção social dos cidadãos, de acordo com o exposto no Decreto – Lei n.º 126/2015 de 01 de Julho.

As políticas públicas são bastante importantes, pois têm, como objetivo, atender toda a população, intervindo na realidade social, através da implementação de programas e projetos. Sendo que o Estado encontra grandes dificuldades em atender todas as políticas públicas, é necessário o Governo realizar parcerias com as organizações não-governamentais e com a iniciativa privada. Deste modo, o que está a cargo do Estado é distribuído, de modo a que o terceiro setor dê suporte nas políticas públicas sociais, atendendo assim as necessidades de toda a população e suprimindo a carência social.

O fenómeno do envelhecimento populacional ou demográfico, segundo as estatísticas, tem apresentado um elevado crescimento nos países desenvolvidos e em desenvolvimento, pois as populações mais velhas estão a aumentar nesses países. Segundo as estimativas e segundo referiu Cravey & Mitra (2011), a população mundial com mais de 60 anos irá apresentar até 2025 um crescimento de 1,3 biliões, sendo que 839 milhões vão concentrar-se nos países em desenvolvimento e cerca de 500 milhões nos países desenvolvidos.

Segundo Gonçalves (2011), como o processo de globalização não é indiferente à complexidade dos problemas sociais contemporâneos, e como a questão social é um fenómeno das sociedades modernas, é necessária a reforma do reposicionamento do Estado e da intervenção social.

O envelhecimento populacional ou demográfico acarreta grandes desafios para as políticas públicas, sendo o desafio mais importante o de assegurar que o processo de desenvolvimento económico e social ocorra de forma contínua. No

entanto, é necessário equilibrar o impacto socioeconómico do envelhecimento e as potenciais intervenções das políticas públicas, segundo Lynch (2010, cit. In Hudson, 2010).

As políticas públicas direcionadas para as pessoas idosas possibilitam uma maior proximidade, satisfação e vão ao encontro das necessidades da população idosa, promovendo o processo de envelhecimento e desenvolvendo a intergeracionalidade.

O Lar da Sagrada Família, sendo uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS) e assumindo a forma de centro social paroquial, dedica-se ao apoio social da população idosa e à integração e cuidados dos mais carenciados, dando resposta às necessidades dos utentes e dos seus cuidadores.

A Instituição é regida por Estatutos aprovados pelo Bispo da Diocese de Beja, e celebra Acordos de Cooperação com o Centro Distrital de Beja, ISS. IP, havendo uma repartição de obrigações e responsabilidades, de modo a desenvolver respostas, serviços e equipamentos sociais para a proteção social dos cidadãos. O modelo de cooperação em vigor e mencionado anteriormente, rege-se pelos princípios da subsidiariedade, proporcionalidade, solidariedade e participação.

O Centro Distrital fornece uma comparticipação financeira para com a Instituição, no entanto, o valor é insuficiente para fazer face às despesas que esta acarreta, motivo pelo qual a Instituição enfrenta diversos problemas, sendo que os mais preocupantes são, em termos financeiros, os da manutenção e renovação das infraestruturas e os relacionados com as famílias, uma vez que nem todos os utentes se encontram abrangidos pelo Acordo de Cooperação e muitas famílias não possuem condições financeiras para pagar as mensalidades.

Importa ainda referir o importante contributo que a Instituição oferece em termos económicos no meio local onde está inserida, pois oferece emprego à população local, contribuindo para o crescimento económico da localidade.



## Capítulo 6 – Conclusões e Limitações

No presente trabalho o objetivo principal foi o de fazer um breve estudo acerca das Instituições Particulares de Solidariedade Social, em particular o Centro Social e Paroquial de Nossa Senhora da Luz – Lar da Sagrada Família, e verificar a sua relação com as políticas públicas na provisão de bem-estar social.

Para este efeito, foi necessário estabelecer um conjunto de quatro objetivos que se subdividiram em dez tarefas desenvolvidas na Instituição, no decorrer do estágio curricular, que me permitiram aprofundar o tema principal do trabalho.

Deste modo, foi possível concluir que, com o passar dos séculos, as IPSS passaram a ter um papel mais abrangente na sociedade, tendo o Estado passado a assumir a responsabilidade política pela proteção social. Para a prestação de diversos serviços por parte do Estado, este recorre à participação das IPSS, regulando a sua atividade e assegurando-lhes uma parte significativa do financiamento. Foi também possível verificar que as IPSS encontram-se mais próximas do Estado e partilham objetivos que concretizam direitos sociais.

Através do meu estudo ao Lar da Sagrada Família, foi possível verificar que a Instituição atua de diversas formas, de modo a dar apoio a todos aqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade, estando atentos às situações de carência e de desigualdade social, com o principal objetivo de assegurar o bem-estar social aos cidadãos. Esta Instituição recebe financiamento por parte da Segurança Social através dos Acordos de Cooperação estabelecidos entre ambos, onde é possível verificar que o Estado tem vindo a valorizar o papel das IPSS na sociedade e tem promovido a cooperação. Assim, é possível repartir obrigações e responsabilidades, desenvolvendo serviços e equipamentos sociais, com o intuito de garantir a proteção social dos cidadãos.

As políticas públicas, sendo um conjunto de ações do Estado e tendo o objetivo de atenderem toda a população, através da implementação de programas, projetos, e deste modo intervindo na realidade social, assumem um papel bastante relevante na provisão do bem-estar social e, por sua vez, relacionam-se com as

Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS). Como o Estado tem encontrado grandes dificuldades em atender todas as políticas públicas, de modo a ajudar os mais necessitados, houve a necessidade de o Governo realizar parcerias com organizações não-governamentais e com a iniciativa privada, desenvolvendo e realizando projetos sociais, de forma a que a sua função seja repartida com outros setores da sociedade e, deste modo, o terceiro setor dá suporte ao Estado nas políticas públicas, para que possam atender as necessidades de toda a população e suprir toda a carência social.

Este estudo foi realizado numa Instituição que atravessa diversos problemas, entre os quais problemas financeiros complicados, e onde as principais limitações encontradas para a realização deste relatório de estágio foram a reduzida informação existente na Instituição relativamente aos assuntos em estudo, nomeadamente informação estatística.

Tendo sido este estudo realizado no Centro Social e Paroquial de Nossa Senhora da Luz – Lar da Sagrada Família, e não podendo ser generalizado a todas as IPSS, acredito que muitas delas enfrentem os mesmos problemas, sendo importante frisar o papel fundamental que estas instituições exercem junto dos cidadãos e nas localidades onde estão inseridas, nomeadamente em termos do bem-estar social, sendo fundamental o apoio por parte do Estado e sendo importante uma maior consciencialização por parte da população relativamente a estas questões e à importância de apoiar e ajudar as IPSS na prossecução dos seus objetivos.

## 7 – Referências Bibliográficas

Andor, L. (2012). Promoting employment and participation in society of older people – A challenge for the next 50 years. Paper presented at The United Nations Economic Commission for Europe (UNECE) Ministerial Conference on Ageing, 20 September, Vienna.

Barbosa, Cristina Maria Oliveira. Políticas públicas locais para o envelhecimento: o caso de Portugal e da Suécia. UNIFAI – Unidade de Investigação e Formação sobre Adultos e Idosos do Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar da Universidade do Porto ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa. Exedra Revista Científica, EXEC: [www.exedrajournal.com](http://www.exedrajournal.com).

Bordalo, F., & Cruz, M. (2010). Gestão de IPSS. Braga: Célula 2000.

Camarano, Ana Amélia e Pasinato, Maria Tereza., (2007). O Envelhecimento Populacional Na Agenda Das Políticas Públicas. Capítulo 8, Diretoria de Estudos Macroeconómicos do IPEA. Disponível em :[www.en.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/Arq\\_16\\_Cap\\_08.pdf](http://www.en.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/Arq_16_Cap_08.pdf).

Correia, José Alfredo Henriques (2011), Os Sistemas de Financiamento das IPSS e a sua Relação com o Estado Providência em Portugal, Tese de Doutoramento, Lisboa, ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa.

Cravey & Mitra (2011). Demographics of the sandwich generation by race and ethnicity in the United States., The Journal of Socio-Economics, 40, 306–311.

Douglas, James (1983), Why charity?: the case for the third sector. Beverly Hills, Calif.: Sage Publications.

Evers, Adalbert (1995), “Part of the welfare Mix: The Third Sector as an Intermediate Area”, Voluntas, 6 (2), 159-182.

Ferreira, Sílvia Maria Dias (2000), O papel das organizações do terceiro sector na reforma das políticas públicas de protecção social, dissertação de mestrado, Coimbra, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

Ferreira, Sílvia, O papel de movimento social das organizações do terceiro sector em Portugal, Actas dos ateliers do Vº Congresso Português de Sociologia, Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Acção Atelier: Classes, Movimentos e Lutas Sociais, pp. 81-85.

Florindo, Ana Sofia Pereira Prancha (2014), Instituições Particulares de Solidariedade Social: Estudo de Caso Centro de Assistência Social de Tomar – Lar de São José, Relatório de Estágio de Mestrado, Tomar, Instituto Politécnico de Tomar.

Gonçalves, H. (2011). Estratégias colectivas de governação local no campo social: Alcances e limites. Estudo sociológico comparativo Portugal e Espanha. Dissertação de Doutoramento em Sociologia, Salamanca, Universidade de Salamanca.

Gualberto, Erigraice Talita, A INFLUÊNCIA DO TERCEIRO SETOR E SUA IMPORTÂNCIA NO DESENVOLVIMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS SOCIAIS: Estudo de caso da Associação de Deficientes Visuais de Maringá.

Hadjab, F., Roussel, V., & Vollet, D. (2007). Les coordinations gerontologiques dans les espaces ruraux: Quelle efficacite?”. Comunicação apresentada no Colloque Les réponses de politique régionale communautaire aux défis démographiques, Commission Européenne, 25-26 janvier, Bruxelles.

Hall, Peter Dobkin (1995), "Theories and Institutions", Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly, 24 (1).

Hofling, Eloisa De Mattos (2001), Estado e Políticas (Públicas) Sociais, Cadernos Cedes, ano XXI, nº55, novembro/2001, Faculdade de Educação da Unicamp.

Hudson, R. (2010). Contemporary challenges to Aging Policy. In R. Hudson (ed.), The new politics of old age policy (4;87). Maryland: The Johns Hopkins University Press.

Kramer, Ralph M. (1990), “Voluntary Organizations in the welfare State of the threshold of the 90's”, CVOWP, 8. Londres: Centre for Voluntary Organisation/LSE.

Pestoff, Victor Alexis (1998), Beyond the market and state: social enterprise and civil democracy in a welfare society. Aldershot, Hants, England; Brookfield, Vt., USA: Ashgate Pub.

Smith, David Horton (1991), “Four Sectors or Five? Retaining the Member-Benefit Sector”, *Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly*, 20 (2), Inverno 1991.

Santos, Boaventura de Sousa (1999), “A Reinvenção Solidária e Participativa do Estado”, *Oficina do CES*, 134.

Simões Gonçalves, Vitor (2008), *Estrutura económico-financeira das Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) e posicionamento face ao sector financeiro. Reflexões a partir da Santa Casa da Misericórdia de S. João da Madeira. Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XVII-XVIII (ISSN 0872-3419), pp. 383-386. Disponível em: <http://www.redalvc.org/articulo.oa?id=426539979019>.

Soares, P. M. (2012). Governo de Portugal. <http://www.portugal.gov.pt/pt/os-ministerios/ministerio-da-solidariedaade-e-seguranca-social/mantenha-se-atualizado/20120202-msss-inauguracao-novos-equipamentos-beja.aspx>.

Sousa, Sónia et al. (2012), *As Instituições Particulares de Solidariedade Social num contexto de crise económica*. IPI Consulting Network Portugal.

Teixeira, Elenaldo Celso (2002), *O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade*. Bahia: AATR, 2002.

Acordo de cooperação. Estrutura Residencial para pessoas Idosas (ERPI)-CSPNSL.

Acordo de cooperação (Lar de Idosos)-Instituto da Segurança Social,I.P. Centro Distrital de Beja.

## 7.1 – Websites

CNIS: [http:// www.cnis.pt](http://www.cnis.pt) [Acesso em 2017/12/10].

Diário da República: D.L. n.º 126/2015 de 1 de Julho. Disponível em: [https://dre.pt/home/-/dre/67647959/details/maximized?p\\_auth=UIFkln5R...I/](https://dre.pt/home/-/dre/67647959/details/maximized?p_auth=UIFkln5R...I/) [Acesso em 2018/01/03].

Diário da República: D.L. n.º 120/2015 de 30 de Junho. Disponível em: [https://dre.pt/home/-/dre/67641479/details/maximized?p\\_auth=s819Jvet](https://dre.pt/home/-/dre/67641479/details/maximized?p_auth=s819Jvet) [Acesso em 2018/01/03].

Diário da República: D.L. n.º 119/83 - Diário da República n.º 46/1983, Série I de 1983-02-25. Disponível em: <https://dre.pt/pesquisa-avancada/-/.../normal?types...%22Decreto-Lei%22...119/83> [Acesso em 2018/09/24].

Diário da República: D.L. n.º 72/90 de 03 de Março. Disponível em: <https://dre.pt/pesquisa/-/search/332432/details/maximized> [Acesso em 2018/06/24].

Diário da República: D.L. nº 100/2017 de 07 de Março. [Acesso em 2018/06/24].

Diário da República: D.L. nº 196-A/2015 de 1 de Julho. [Acesso em 2018/06/24].

Seg-Social: <http://www.seg-social.pt/documents/.../IPSS.../340318db-0930-494e-a716-6c9a1a84d066> [Acesso em 2017/12/10].

Associação Portuguesa de Psicogerontologia: [www.app.com.pt](http://www.app.com.pt) › ECONOMIA SOLIDÁRIA / ECONOMIA SOCIAL › CNIS [Acesso em 2018/05/17].

Ecclesia: [www.agencia.ecclesia.pt/.../portugal-estado-social-passa-pelo-fortalecimento-das-ipss-...](http://www.agencia.ecclesia.pt/.../portugal-estado-social-passa-pelo-fortalecimento-das-ipss-...) [Acesso em 2018/05/18].

## 8 – Anexos

### Anexo 1 — Balanço em 31 de Dezembro de 2016.

CENTRO SOCIAL PAROQUIAL N.º SR.ª DA LUZ  
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Contribuinte: 501227636  
Moeda: (Valores em Euros)

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016		Moeda: (valores em Euros)	
RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2016	31 DEZ 2015
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo não corrente</b>	5	1.499.581,60	1.514.660,35
Ativos fixos tangíveis		0,00	0,00
Bens do património histórico e artístico e cultural	6	2.847,78	1.551,36
Activos intangíveis	17.1	3.347,88	1.614,12
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outros Créditos e ativos não correntes		1.505.777,26	1.517.825,83
<b>Ativo corrente</b>			
Inventários	9	0,00	0,00
Créditos a receber	17.3	40.186,75	0,00
Estado e outros entes públicos	17.10	381,97	381,97
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Diferimentos	17.5	2.445,77	2.054,59
Outros ativos correntes		41.788,93	4.092,81
Caixa e depósitos bancários	17.7	579.271,98	442.402,41
		664.075,40	448.931,78
<b>Total do ativo</b>		2.169.852,66	1.966.757,61
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>Fundos patrimoniais</b>			
Fundos	17.8	53.117,65	53.117,65
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		0,00	0,00
Resultados transitados	17.8	422.616,10	522.858,05
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	17.8	1.222.534,72	1.222.534,72
		1.698.268,47	1.798.510,42
Resultado líquido do período		144.912,02	-100.241,95
<b>Total dos fundos patrimoniais</b>		1.843.180,49	1.698.268,47
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Outras dívidas a pagar		0,00	0,00
		0,00	0,00
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	17.9	40.116,84	34.996,55
Estado e outros entes públicos	17.10	33.831,70	41.329,41
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Diferimentos		0,00	0,00
Outros passivos correntes		252.723,63	192.163,18
		326.672,17	268.489,14
<b>Total do passivo</b>		326.672,17	268.489,14
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>		2.169.852,66	1.966.757,61

A Direcção

O responsável

## Anexo 2 – Demonstração dos Resultados por Naturezas em 31 de Dezembro de 2016.

CENTRO SOCIAL PAROQUIAL N.º SR.ª DA LUZ  
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS  
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Contribuinte: 501227636

Moeda: EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2016	2015
Vendas e serviços prestados	10	1.453.862,79	1.290.861,83
Subsídios, doações e legados à exploração	17.13	784.807,79	757.544,19
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9	187.101,04	187.992,78
Fornecimentos e serviços externos	17.14	444.111,77	441.195,87
Gastos com o pessoal	15	1.459.255,98	1.518.800,03
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos	17.15	34.890,16	57.173,65
Outros gastos	17.16	1.404,35	20.180,32
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>181.687,60</b>	<b>-62.589,33</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		36.739,97	37.837,63
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>144.947,63</b>	<b>-100.426,96</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	17.17	0,00	218,44
Juros e gastos similares suportados	17.17	35,61	33,43
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>144.912,02</b>	<b>-100.241,95</b>
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>144.912,02</b>	<b>-100.241,95</b>

F3M - Information Systems, SA  
processado por computador



### Anexo 3 – Balanço em 31 de Dezembro de 2017.

CENTRO SOCIAL PAROQUIAL N.º SR.ª DA LUZ		Contribuinte : 5012276
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017		Moeda : (Valores
RÚBRICAS	NOTAS	DATAS
		31-dez-17
<b>ACTIVO</b>		
<b>Activo não corrente</b>		
Ativos fixos tangíveis	5	1 500.950,95
Bens do património histórico e artístico e cultural		0,00
Ativos intangíveis	6	1.551,36
Investimentos financeiros	17.1	4.398,77
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00
Outros Créditos e ativos não correntes		0,00
		1.506.901,08
<b>Activo corrente</b>		
Inventários	9	0,00
Créditos a receber	17.3	43.335,11
Estado e outros entes públicos	17.9	381,97
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00
Diferimentos	17.5	209,86
Outros ativos correntes	17.4	8.397,37
Caixa e depósitos bancários	17.6	679.363,96
		731.688,27
<b>Total do ativo</b>		2.238.589,35
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>		
<b>Fundos patrimoniais</b>		
Fundos	17.7	53.117,65
Excedentes técnicos		0,00
Reservas		0,00
Resultados transitados	17.7	516.479,60
Excedentes de revalorização		0,00
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	17.7	1.222.534,72
		1.792.131,97
Resultado líquido do período		96.202,00
<b>Total dos fundos patrimoniais</b>		1.888.333,97
<b>Passivo</b>		
<b>Passivo não corrente</b>		
Provisões		0,00
Provisões específicas		0,00
Financiamentos obtidos		0,00
Outras contas a pagar		0,00
<b>Passivo corrente</b>		
Fornecedores	17.8	36.498,84
Estado e outros entes públicos	17.9	61.008,13
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00
Financiamentos obtidos		0,00
Diferimentos		0,00
Outros passivos correntes	17.10	252.748,41
		350.255,38
<b>Total do passivo</b>		350.255,38
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>		2.238.589,35
A Direcção		O responsável
F3M - Information Systems, SA		
Processado por Computador		

#### Anexo 4 – Demonstração dos Resultados por Naturezas em 31 de Dezembro de 2017.

CENTRO SOCIAL PAROQUIAL N.º SR.ª DA LUZ		Contribuinte : 501227636	
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS		Moeda : EUROS	
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017		PERÍODOS	
RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	2.017	2.016
Vendas e serviços prestados	10	1.455.785,00	1.453.899,54
Subsídios, doações e legados à exploração	17.11	793.361,00	784.807,79
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9	182.636,00	186.750,29
Fornecimentos e serviços externos	17.12	424.095,00	481.328,64
Gastos com o pessoal	15	1.578.560,00	1.460.508,16
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos	17.13	94.474,00	38.210,09
Outros gastos	17.14	21.093,00	7.514,50
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e</b>		<b>137.236,00</b>	<b>140.815,83</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5/6	41.034,00	46.916,72
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e</b>		<b>96.202,00</b>	<b>93.899,11</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	17.15	0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados	17.15	0,00	35,61
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>96.202,00</b>	<b>93.863,50</b>
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>96.202,00</b>	<b>93.863,50</b>

F3M - Information Systems, SA  
processado por computador